



CORPOS NEGROS E REPRESENTAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO DE GÊNERO E RAÇA

Nzinga Mbandi (Dayane Nayara Conceição de Assis)¹

Resumo: O presente trabalho pretende analisar as representações sociais dos corpos negros no Brasil, entendendo de que forma os discursos hegemônicos ao buscarem estereotipar de forma negativa os negros, suas culturas e discursos se constituem como uma relação de poder e, portanto, visam reforçar e ao mesmo tempo naturalizar os lugares estigmatizados na sociedade. Além disso ao fazer um recorte de gênero, busca-se trazer à tona como as mulheres negras sofrem uma dupla opressão ao serem estereotipadas sob a ótica além de racista, machista o que perpetua uma imagem da mesma criada desde os tempos escravocratas.

Palavra-chave: Corpos negros; representação; gênero; raça; estereótipo; imagens.

BLACK BODIES AND SOCIAL REPRESENTATION IN BRAZIL: A DISCUSSION OF GENDER AND RACE

Abstract: The present work intends to analyze the social representations of black bodies in Brazil, understanding how the hegemonic discourses, in seeking to stereotype negatively the blacks, their cultures and discourses, are constituted as a power relation and, therefore, aim to reinforce and at the same time, naturalized stigmatized places in society. Besides, in order to make a gender set, we seek to bring out how black women suffer from a double oppression when they are stereotyped from a racist and sexist viewpoint, which also perpetuates an image of them from the slavery times.

Key words: Black bodies; representation; gender; race; stereotype; images.

CORPS NOIR ET REPRÉSENTATION SOCIALE AU BRÉSIL: UNE DISCUSSION DE GENRE ET RACE

Résumé: Cet article vise à analyser les représentations sociales des corps noirs au Brésil, comprendre comment les discours hégémoniques à rechercher des stéréotypes noirs négativement, leurs cultures et discours sont constitués comme une relation de pouvoir et visent donc à renforcer et à tandis que naturaliser lieux stigmatisés dans la société. En plus de faire une approche de genre, nous cherchons à mettre en lumière la façon dont les femmes noires subissent une double oppression en étant stéréotypée du point de vue au - delà de raciste, sexiste qui perpétue une image de celui - ci créé depuis les temps les esclaves.

Mots-clés: corps noir, la représentation, le sexe, la race, les images stéréotypées.

INTRODUÇÃO

O imaginário social a respeito dos corpos negros permanece em tempos atuais reproduzindo de forma contumaz aquelas imagens e representações há muito criadas e que de tanto repetidas tornaram-se como verdades que seguem quase que sem serem

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo; UFBA. Bolsista CNPQ-CAPES Militante do movimento de mulheres negras; ladaiane@hotmail.com



questionadas. O negro visto como preguiçoso, insolente, beberrão, malandro, as “boas mulatas”, as amas de leite entre tantas outras denominações fazem parte de um conjunto de estereótipos que influenciam e ao mesmo tempo que reforçam a condição do negro na sociedade brasileira, o combate ao racismo sem dúvidas perpassa a desconstrução de tais representações.

Para tanto é necessário entender a quem serve, e para que serve a manutenção desse imaginário carregado de percepções negativas, ainda que o avanço de políticas públicas fruto da resistência negra proporcione ao negro a possibilidade de um outro lugar que não aquele um dia já ocupado, quer seja na mídia impressa, quanto em trabalhos escritos, imagens ou no campo audiovisual essa imagem ainda não foi modificada. Apesar das constantes reivindicações para uma reparação das representações do negro, a construção dessas imagens se deu de forma tão intrínseca que se naturalizou no meio social e, portanto, desfaze-las trata-se de um trabalho árduo e que conta com fortes contraposições de quem deseja manter tudo como está.

Entendendo que as representações da forma como a conhecemos foi criada de forma dual, ou seja, o negativo nesse caso representado pelo negro como contraposição a boa imagem, a representação do branco e seus costumes, falar de mudanças nessas representações significa o acirramento de um debate que rejeita o mito de uma democracia racial, e reconhece a existência do racismo em nossa sociedade para tornar possível em primeiro lugar o acesso pleno aos direitos por parte da população negra e fazer com que sua representatividade seja protagonizada por eles próprios.

Este artigo pretende discutir a problemática da representação dos corpos negros na sociedade brasileira partindo do pressuposto que homens e mulheres negros e negras ocupam lugares diferente nessa representação e portanto a sentem de maneira diferente em razão do recorte de gênero, embora compartilhem a mesma matriz racial. Para isso pretende-se entender a gênese da representação social assim como conhecemos e as possíveis formas de representar de forma diferente o negro no Brasil hoje.

DOS NAVIOS NEGREIROS AOS PORÕES DA DEMOCRACIA: POR QUE NOSSO RETRATO AINDA TÁ EMBAÇADO?

Lá vem o navio negreiro
Com carga de resistência



A herança da escravização dos negros no Brasil possui traços marcantes na condição do negro na sociedade atual, a ocupação em subempregos, a baixa escolaridade em relação as demais populações, o índice de mortes alarmantes dos jovens são um dos inúmeros exemplos a serem citados, como já cantou uma belíssima voz negra: “A carne mais barata do mercado, é a carne negra.” Além das sequelas mais visíveis, o racismo na sociedade brasileira assume outras formas por alguns considerados mais sutis que se utilizam do estigma para marcar e significar os corpos negros, e assim os conduzirem aos lugares sociais a ele pré-determinado.

Após o fim da escravidão os negros, bem como sua cultura e seus costumes, foram relegados a ocuparem um lugar na composição daquilo que hoje conhecemos como sociedade brasileira no espaço do folclore, e de representar uma cultura tida como inferior em relação aos costumes dominantes, a saber os costumes brancos e eurocêntricos. Contudo a criação de um *mito da democracia racial* onde brancos, indígenas e negros convivem de forma harmônica, faz com que esse lugar reservado aos negros não seja facilmente identificável, sobre o tema Nilma Lino Gomes acrescenta:

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país”. (Gomes, 2005, p 46).

A relação do Estado brasileiro com os problemas de cunho racial, por muito tempo e de alguma maneira até o presente momento, constitui-se (a) na negação do racismo brasileiro como um problema existente e; (b) na tentativa de elaboração de políticas universais que não levam em conta as diferenças encontradas pelos negros em razão da cor da pele e das características fenotípicas, o que os/as leva, por exemplo, a ocupar cargos de menor prestígio social e com menor remuneração, a terem baixa escolaridade, sofrerem mais de vulnerabilidade econômica, além da própria violência



referente ao preconceito racial já praticamente naturalizado na sociedade, que tem no padrão branco um fundamento de toda a sua organização social.

A partir da grande influência do movimento modernista europeu, especialmente ao longo da década de 1920, houve a incorporação de manifestações culturais consideradas de “origem negra” como ícones da nossa cultura brasileira, criando-se a ideia de que o “problema racial” existente devido à herança escravista do país, estaria resolvido. Foi a partir daí criado e difundidos, tanto no contexto nacional quanto no internacional, o *mito da democracia racial*. O momento político em que tal mito da democracia racial surgiu no Brasil de forma mais expressiva é o Estado Novo, com Getúlio Vargas e este caracterizou-se, sobretudo por “negar o negro” e por promover a inserção desses sujeitos por meio de políticas de cunho nacionalista e populista, que não buscavam medidas compensatórias ou de redistribuição para atender às suas demandas, não levando-se em conta, assim, a posição de marginalidade na qual, infelizmente, parte significativa dos/as negros/as já se encontrava no país.

A ideia de democracia racial sempre esteve ligada ao forte sentimento nacionalista presente no país e seguiu ganhando força em diversos momentos da história política do Brasil, ganhando destaque também no momento de ditadura militar e do “milagre econômico” ao longo das décadas de 60 e 70. Contudo, o esgotamento desse modelo e a lenta reabertura à democracia trouxeram à tona algumas questões que enfraqueceram essa ideologia e colocaram como protagonista no cenário político os movimentos negros que, há anos lutavam contra a política (até mesmo oficial) de embaquecimento do país.

Pode-se dizer que a adoção do termo raça pelo movimento negro no Brasil significou, antes de tudo, a racialização do próprio indivíduo perante o outro, sendo desta maneira não apenas um instrumento de agregação ou de identificação do movimento, e sim o meio pelo qual suas reivindicações ganharam espaço no cenário político em nosso país. Tomado por um discurso que buscava desmitificar a ideia de “democracia racial” acima explicitando, o campo majoritário do movimento negro no Brasil na década de 70, buscou, sobretudo através do campo das artes com destaque para a escrita, criar aquilo que se chamou de “consciência negra”, valendo-se das especificidades das características tanto biológicas como culturais dos indivíduos negros, enxergando-as de forma positivas.



O movimento negro no Brasil do século XX foi marcado por uma diversidade de pensamentos sobre o que significava “ser negro” no país daquele momento. Contudo, a questão racial sempre teve papel central dentro desse movimento que se utilizou de diversas ferramentas para reivindicar o fim das desigualdades sociais marcadas pela cor da pele e uma injusta distribuição das recompensas sociais. A trajetória do movimento negro no Brasil até os dias atuais traz consigo algumas marcas que foram constantes na pauta do movimento em questão, entre elas vale a pena citar a constante preocupação de agregar negros e mestiços de forma estratégica em torno do debate racial, e aliado a isso investir na educação dos negros como um canal de emancipação desses indivíduos em relação à ordem vigente. Esse último ponto opera como uma crítica central feita pelo movimento negro nos dias atuais às organizações dentro do próprio movimento que, por algum tempo, lutavam contra a discriminação racial apenas como um meio de tornar o indivíduo negro integrado aos valores da burguesia branca. Nas palavras de Amílcar Araújo Pereira (2010) em seu trabalho denominado “O mundo negro” a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil, em que o mesmo faz referência a Florestan Fernandes, trata-se de criar na população negra tendências que a coloquem como uma “minoridade racial integrada” na ordem vigente. (Pereira, 2010).

A invocação da ancestralidade africana também se tornou forte nesta fase contemporânea dos movimentos negros e a busca de criação de uma etnicidade própria tem sido fortemente apregoada através do resgate da culinária africana, da valorização de elementos de beleza afro (sobretudo na mulher negra), elementos que ligadas a outras questões formam um discurso de “negritude” que toma para si o ideal de “poder para o povo preto”. Essas características representam um rompimento com a mestiçagem e com outros valores ditos como “valores brancos”, rompimento esse que aparecia de forma tímida em outros momentos da história, nas palavras de Maria Angélica Mota Maués (1991):

(...) trata-se da adesão a uma estética da negritude – vestuário, penteados, adereços, ditos afro. Além de sua própria imagem, a adesão deve passar pela valorização mesmo adoção de elementos da “cultura africana”, tais como música, dança, jogos e até hábitos alimentares, traduzidos nos jornais em receitas atribuídas aos antigos descendentes de escravos. Para completar o modelo, insiste-se na adoção, para as crianças, de nomes africanos, que aparecem sempre nos jornais acompanhados de sua tradução para o português. (Maúes, 1991, p.121)



Embora o cenário descrito acima demonstre uma enorme luta dos movimentos negros brasileiros em desconstruir o mito criado e portanto responsável por parte da representação como já mencionamos, os insultos e ataques aos corpos negros ainda representam uma realidade no país. Para entender o que aqui denominamos como insulto recorreremos aqui o que escreve Sérgio Alfredo Guimarães:

O insulto significa a violação de um tabu, ou seja, consiste na expressão de nomes, atos ou gestos socialmente interditos, que geralmente referem o muito próximo ou muito longínquos de si (sejam pessoas, animais, ou fatos corpóreos). (Guimarães, 2002, p. 171)

O insulto como ferramenta de promoção do racismo pode assumir portanto diversas formas de se manifestar desde a forma verbal, até o uso de imagens ou textos escritos com o intuito de descrever de forma negativa o negro. Em todos os casos aquele que insulta possui evidente intenção de produzir uma dominação sobre aquele que é insultado de forma a impedi-lo de reagir a tal ação, portanto o insulto configura-se como uma relação de poder onde o que pretende o insultador é manter sua colocação de privilegio naquela situação. A eficácia do insulto reside em fazer com que aqueles que são insultados acreditem veementemente que de fato a representação a qual está sendo submetido é de fato verdadeira e portanto inquestionáveis, nesse sentido pode-se dizer que a tentativa sumária da desconstrução da identidade do negro foi de fato útil para manter estigmas presentes nas representações sociais, a eficácia do insulto sobre um povo que desconhece seu passado torna-se muito mais fácil se os mesmos tivessem acesso a sua real imagem.

A produção do estigma social através do insulto na população negra também possui um profundo recorte de classe, onde toda representação do negro baseia-se na ideia da pobreza inerente a esse povo. Essa ligação a pobreza materializa-se na favelização, e na criação de uma imagem onde o negro encontra-se a margem da cidade cercado por toda sorte de comportamentos violentos, violência essa que representa uma outra porção do retrato atual que pretende-se construir da população negra, em geral o que podemos perceber é um grande interesse midiático em representar o uso da violência praticada sobretudo por homens negros, porém esse mesmo discurso midiático não se aplica quando são esses homens negros em sua maioria jovens as vítimas de uma violência institucional.

A assídua violência policial contra pobres, favelados, negros e outras minorias eclode vez ou outra nestas imagens registradas pela mídia, que acabam



produzindo um debate público que se estende para além do interesse cotidiano da produção mediática e além do espaço noticioso. Com isso, outros atores sociais são convocados, voluntariamente ou por força de suas funções ou responsabilidades, a se pronunciarem, o que engendra a produção de uma cadeia de sentidos sociais deflagrados por esta violência que assim se faz linguagem. E, neste caso, não se discute se estes episódios deveriam ser mostrados ou censurados, tal como ocorre com o debate em relação às cenas de violência dos programas ficcionais, mas sobretudo, a legitimidade de sua prática. Com isto, acentua-se o debate público sobre a questão. Um debate que pode se politizar, não somente por uma mera atitude moralista e/ou pedagógica, mas por reivindicar o estabelecimento de limites ao desempenho do papel do Estado, de suas políticas e de seus agentes diretamente envolvidos com a violência e o crime. (Rondelli, 1998, p.5)

As descrições acima citadas além de se relacionarem a questão da pobreza, partem de um pressuposto de que a população negra se comporta como quem não possui capacidade de viver sob as regras sociais sendo, portanto, desordeiros e delinquentes, essa é uma representação que comumente encontramos presente nas telenovelas, livros e noticiários. Em alguma medida podemos afirmar que há uma tentativa de tornar o negro como alguém que vive um pertencimento social inacabado, utilizando para isso de animalização dos mesmos tanto por atribuições físicas colocando-o sempre como um ser indominável de natureza selvagem, como também de atribuições consideradas imorais como o vício sobretudo da embriaguez, desonestidade e impulsos incontroláveis. A definição do ser-humano sem dúvidas possui traços de branqueamento.

Dentre as formas latentes de discriminação contra o não-branco, talvez seja a negação de seu direito à existência humana – ao ser – a mais constante: é branco o representante da espécie. Por esta sua condição, seus atributos são tidos como universais. A branquidade é a condição normal e neutra da humanidade: os não-brancos constituem exceção. (Rosemberg, 1979, p.159)

Sobre os termos usados na prática de desqualificar o negro poderíamos citar uma lista inumerável e de diversos aspectos, cito apenas alguns mais comumente utilizados: “nego”, “neguinha”, “mulata”, negão, macaco, macumbeiro, favelado, maloqueiro, queimado, esses são alguns termos que podem ser escutados no cotidiano por um cidadão negro no Brasil, embora tal prática tenha se tornado politicamente incorreta em situações de conflito ou principalmente em redes sociais na *web* a prática de tal insulto tem sido frequente. Sobre a relação entre as representações baseadas em estereótipos racistas, vale novamente citar Sergio Alfredo Guimarães quando o autor escreve:



A afirmação do senso comum, no Brasil, é a de que o insulto racial ocorre apenas numa situação de conflito, ou seja, de ruptura de uma ordem forma de convivência social. Tal afirmação nada mais é que a consequência do pressuposto de uma ordem igualitária, de respeito aos direitos individuais, resguardada por normas de polidez e formalidade. Na verdade, tal pressuposto, ainda quando aceito idealmente, pode não ser verdadeiro, na prática social. Ademais, o insulto racial pode ocorrer durante o conflito ou pode, ao contrário, ocasionar o conflito. Pode ser uma arma de última instância, mas também um primeiro trunfo a ser sacado. O que motiva o insulto racial e a ordem em que ele aparece no conflito são, pois, elementos decisivos para a análise. (Guimarães, 2002 p.181)

Os exemplos acima citados evidenciam que é urgente uma nova maneira de representar o negro no Brasil, em um Estado democrático de Direito como o que pretensamente vivemos hoje é inadmissível que sigamos reproduzindo tais imagens de estigma social, é inegável que a conscientização em torno do debate racial constrange comportamentos e representações que antes não encontravam nenhum entrave para sua representação. Sobretudo na questão estética a valorização dos traços negros, do cabelo crespo e acessórios que remetem a uma cultura negra tem sido de grande valia para a construção de uma nova imagem do negro, contudo uma discussão mais ampliada sobre a regulação nesse sentido dos meios de comunicação também se faz urgente e necessária.

Apontado os componentes raciais presentes na construção dos corpos negros, pergunta-se: E esses corpos tem gênero? Sim, esses corpos têm gênero e discutir representação social sem dúvida requer questionar: Como a mulher negra tem sido representada no imaginário brasileiro? Quais são as consequências dessa representação?

ESSA MENINA, MULHER DA PELE PRETA. UMA DISCUSSÃO DE GÊNERO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES DE CORPOS NEGROS.

O sistema pode até me transformar em empregada, mas não pode me fazer raciocinar como criada. Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo, as negras duelam para vencer o machismo, o preconceito, o racismo. Lutam para reverter o processo de aniquilação, que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão. (Facção Central)

Falar de representação social de corpos negros femininos é antes de qualquer coisa entender que a luta do reconhecimento como mulher tem sido a batalha diária de milhares de mulheres negras nesse país. Embora o movimento feminista tenha tido



grandes avanços sobre a condição atual da mulher, boa parte desses pressupostos não atendem as mulheres negras em sua especificidade, não faz parte do imaginário social que tal mulher possa ter os atributos de delicadeza e respeitabilidade de uma mulher

E se nunca se encaixaram como sexo frágil qual é então a representação que recebe essa mulher? A da negra subserviente seja por seus atributos domésticos ou por seus atributos físicos, que são vistos sempre como sedutores e disponíveis. Nota-se que essa representação descreve uma mulher sempre pronta a servir, em primeiro lugar destaca-se a figura da mãe preta, aquela mulher negra que cuida com seus dotes domésticos e culinários da família colonial, e que atualmente reconfigura-se no papel das empregadas domésticas.

A objetificação da mulher ainda hoje é uma representação que habitualmente enxergamos nos meios de comunicação, o papel de empregada ou de alguém que possui somente atributos físicos e a cor chamada “cor do pecado” permanecem como sendo o retrato da mulher negra brasileira. Em contraponto a essa representação nefasta e a uma tentativa de aniquilação da identidade dessas mulheres inúmeras são as iniciativas para a autovalorização da mulher negra, vale destacar as iniciativas voltadas a valorização das questões estéticas como o uso do cabelo natural, roupas e acessórios pertencentes a cultura afro, em suma busca-se um retorno ao encontro da mulher negra como ela é.

A baixa representatividade de mulheres negras em eventos, coleções, propagandas ligadas ao cosmético ou vestuários por exemplo, é sintomática em um país compostos em sua maioria por elas. Há um completo silenciamento sobre a questão por parte dos meios de comunicação, e por outro lado iniciativas que reforçam os papéis acima citados, não há dúvidas porém de que há um forte descontentamento de parte significativa de mulheres negras que recusam essa representação estereotipada e exige retratação, prova disso foi a baixa audiência do programa “Sexo e as nega” da rede Globo que foi duramente criticado por diversas organizações de mulheres negras em todo país, como diria Luiza Bairro são os contra discursos:

Certa vez em Salvador Bahia vi na televisão um quadro sobre culinária. Era um programa matinal dirigido ao público feminino onde se demonstrava como preparar um prato do qual já nem lembro. Naquele momento o que prendia minha atenção estava atrás da imagem imediatamente visível na tela de T.V. O cenário era uma cozinha e o personagem principal uma apresentadora que não parava de dar instruções e conselhos, em contraposição uma jovem negra participava da cena no mais completo mutismo. Naquele programa o estereótipo que nos associa a boa cozinheira foi redefinido pela redução da mulher negra ao papel de



coadjuvante mesmo no limitado espaço imposto pelo racismo Para mim entretanto tão poderosa quanto o silêncio era nossa outra fala transmitida pela pele negra e realçada pelo penteado de tranças da ajudante Uma imagem posta em nossos próprios termos desligada das representações de submissão atribuídas a nos mulheres e homens negros Se por um lado os produtores de TV acham que não possuímos a autoridade e segurança necessanas para ensinar até mesmo o que supostamente fazemos melhor por outro e evidente que o racismo já não pode mais ser praticado sem contestação sem que de algum modo emerjam os contra discursos que (re)criamos nas duas últimas décadas. (Bairros,1995, p. 2)

Embora todas as condições pareçam desfavoráveis há uma grande mobilização por parte das mulheres negras brasileiras que tem trabalhado em expor e contestar representações sociais como as acima descritas. O entendimento de que parte do combate às representações estereotipadas perpassa o fortalecimento das identidades negras e o não reconhecimento nesses tipos de representação, tem sido pauta dos movimentos de mulheres negras em suas diversas correntes e mostra uma eficácia sobretudo através da interação via redes sociais.

CONCLUSÕES: PENSADO EM REPRESENTAÇÕES PARA UM FUTURO

Parem com estes batuques,
Bombos e caracaxás,
Parem com estes ritmos tristes e sensuais
Deixem que eu ouça
Que eu veja
Que eu sinta
O grito
A cor
E a forma
da minha libertação...

©SOLANO TRINDADE
In Poemas Duma Vida Simples, 1944

Não restam dúvidas de que séculos de batalha e resistência das populações negras no Brasil resultaram em um cenário atual de maior inclusão dos mesmo na busca pelo bem viver. Embora ainda se tenha muito a avançar para que seja possível reparar séculos de um regime escravocrata, é possível perceber um aumento significativo de negros e negras no ensino superior público, na área da literatura, teatro, música, jornalismo, saúde e muito mais setores de nossa sociedade.



A pergunta que deve ser feita nesse caso é se há uma ascensão social do negro na sociedade brasileira porque as representações ainda continuam as mesmas? Porque as telenovelas, jornais e livros insistem em manter estereótipos negativos, e manter a população negra no imaginário da marginalidade? Como já foi dito anteriormente, estereótipos e insultos fazem parte de uma complexa relação de poder onde o dominador só pode ser mantido dessa forma, se acreditar verdadeiramente que aquilo que o dominante diz sobre si é real. Sofremos de um desconhecimento proposital ou um conhecimento distorcido sobre o povo negro e seu processo diaspórico que facilita a imposição de padrões brancos e eurocêntricos em contraposição com elementos de uma cultura negra, onde sem dúvidas branco se tornou sinônimo de bom e preto do que é ruim.

Isso se deve na maioria dos casos do domínio da produção do conhecimento e conseqüentemente das imagens ainda estarem nas mãos dos aparatos racistas que resistem a essa mudança de paradigmas em relação a imagem do negro no Brasil. Contudo não há como negar os avanços promovidos pelos impactos do movimento negro sobretudo na racialização do próprio indivíduo, é uma luta que não possui reflexos diretos a tão curto prazo já que dismantelar um sistema criado e sustentado a séculos para a reprodução dessas imagens ainda levará tempo.

REFERÊNCIAS

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Estudos Feministas, Vol. 3, No. 2, 1995, PP.:458-463

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, v.17, n. 49, 2003, p. 117-132.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações sociais no Brasil: uma breve discussão*. In: Brasil. MEC/SECAD. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. (Coleção Educação Para Todos). Disponível > <http://www.forumeja.org.br> <

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182.2003

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. O mito anverso: o insulto racial. In: *Classes Raças e Democracia*. São Paulo: editora 34, 2002. P. 169-195

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira 1986.

MAUÉS, Maria Angélica Motta, “Da ‘branca senhora’ ao ‘negro herói’: a trajetória de um discurso racial”, *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 21, Rio de Janeiro, 1991, p. 125.



RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência: práticas discursivas. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 10(2): 145-157, outubro de 1998.

ROSEMBERG, Fúlvia. “Discriminações ético-raciais na literatura infanto-juvenil brasileira”. *Revista Brasileira de Biblioteconomia*. São Paulo, 1979.

WACQUANT, Loïc J. D. O Retorno do Recalcado: Violência urbana, "raça" e dualização em três sociedades avançadas. *Conferência plenária pronunciada no 17º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, MG, outubro de 1993.

Recebido em outubro de 2016
Aprovado em janeiro de 2017